

MARIA HELENA PINHEIRO RENCK

A LIMITAÇÃO TEMPORAL DO  
CONCEITO DE PESSOA  
COM DEFICIÊNCIA:  
restrição ao direito fundamental  
ao benefício assistencial



Alteridade

Curitiba - 2019



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná  
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br  
**www.alteridade.com.br**

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon  
Claudia Rosane Roesler  
Daniela Cademartori  
Fabiano Hartmann Peixoto  
Guido Aguila Grados  
Ingo Wolfgang Sarlet  
Isaac Reis

Jairo Enrique Herrera Pérez  
Jairo Gilberto Schäfer  
José Antonio Savaris  
Marcos Garcia Leite  
Luis Alberto Petit Guerra  
Paulo Márcio Cruz  
Zenildo Bodnar

---

R396

Renck, Maria Helena Pinheiro

A limitação temporal do conceito de pessoa com deficiência:  
restrição ao direito fundamental ao benefício assistencial / Maria  
Helena Pinheiro Renck – Curitiba: Alteridade, 2019.  
281p.; 21cm

ISBN 978-85-65782-36-4

1. Direitos fundamentais. 2. Pessoas com deficiências –  
Proteção. 3. Seguridade social. I. Título.

CDD 340.1(22.ed)  
CDU 340

---

Catálogo: M<sup>a</sup> Isabel Schiavon Kinasz  
Diagramação e Capa: Jonny M. Prochnow  
Imagem da capa: Omelapics / Freepik

## Sumário

Introdução.....	25
<b>Capítulo I – DIREITOS HUMANOS E A ABORDAGEM DAS CAPACIDADES HUMANAS BÁSICAS</b> .....	31
1 - A <i>CAPABILITY APPROACH</i> E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	33
1.1 - AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS TEORIAS DE JUSTIÇA .....	33
1.2 - ALTERNATIVA AO UTILITARISMO.....	35
1.3 - A IDEIA-CHAVE.....	37
1.3.1 - Funcionalidades e capacidades .....	40
1.4 - A <i>CAPABILITY APPROACH</i> , DE MARTHA NUSSBAUM ....	43
1.4.1 - As dez capacidades essenciais.....	43
1.4.2 - As Fronteiras da Justiça, pela <i>Capability Approach</i> ...	46
1.5 - FRONTEIRAS DA JUSTIÇA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	48
2 - PROTEÇÃO SUFICIENTE E RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DE ROBERT ALEXY.....	59
2.1 - DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	59
2.2 - O DEVER DE PROTEÇÃO SUFICIENTE.....	64
2.3 - A RESTRIÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	73
2.3.1 - Teoria Interna e Externa .....	75
2.3.1.1 - Teoria Interna .....	75
2.3.1.2 - Teoria Externa .....	76
2.3.2 - A definição de restrições .....	79
2.3.3 - Os tipos de restrições .....	81
2.3.4 - Reserva Legal.....	82
2.3.5 - Os limites às restrições .....	85

2.3.6 - A Proporcionalidade .....	90
<b>Capítulo II – O DEVER DE PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b> .....	97
1 - POBREZA E DEFICIÊNCIA: UMA REALIDADE QUE SE RETROALIMENTA .....	97
2 - A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA: DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS .....	105
2.1 - A EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	106
2.1.1 - A Evolução da proteção à pessoa com deficiência no Direito Internacional .....	110
2.1.1.1 - A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes .....	113
2.1.1.2 - O Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência e outros instrumentos internacionais contemporâneos .....	114
2.1.1.3 - Tratados, Convenções e Declarações paralelos à Década das Nações Unidas para as Pessoas com deficiência .....	118
2.1.1.4 - A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ou, Convenção de New York .....	121
2.2 - A QUEBRA DE PARADIGMAS TRAZIDA PELA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS .....	124
2.2.1 - O conceito de pessoa com deficiência a partir da Convenção de New York .....	130
2.2.2 - A incorporação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência no ordenamento jurídico do Brasil .....	139
<b>Capítulo III – DIREITOS FUNDAMENTAIS SUBJETIVOS DE SEGURIDADE SOCIAL</b> .....	143
1 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO TITULAR DE DIREITOS HUMANOS DE SEGURIDADE SOCIAL .....	143
1.1 - A SEGURIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL .....	148
1.1.1 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH .....	150

1.1.2 - O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Sociais – PIDESC.....	151
1.1.3 - A Observação 19.....	154
1.1.4 - A Seguridade Social na OIT.....	158
1.2 - A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL .....	161
1.2.1 - Seguridade na Constituição de 1988 – um direito humano fundamental.....	163
1.2.2 - A Assistência Social.....	167
<b>Capítulo IV – A ESTRUTURA JURÍDICA DO DIREITO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: O CASO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>173</b>
1 - A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	173
2 - A CONFORMAÇÃO DO DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	177
2.1 - A DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	181
3 - A CONSTITUCIONALIDADE DA DELIMITAÇÃO TEMPORAL OBJETIVA TRAZIDA PELA LEI 8.742/1993 AO CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	195
3.1 - A LIMITAÇÃO TEMPORAL AO CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA – UMA RESTRIÇÃO EXCESSIVA?.....	199
3.1.1 - Por que dois anos? .....	214
3.2 - A INCONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO TEMPORAL DE DOIS ANOS .....	218
3.3 - O LIMITADOR TEMPORAL SEGUNDO A TEORIA DAS CAPACIDADES: FRUSTRAÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E ATIVAÇÃO DE DESVANTAGENS CORROSIVAS.....	225
Conclusão .....	233
Referências .....	245
Anexo .....	261